



**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.  
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Desligue o celular e outros aparelhos.  
Acondicione no envelope plástico de segurança todos seus aparelhos eletrônicos, inclusive relógio.
- φ É obrigatório o uso de máscaras de proteção facial com cobertura total de nariz e boca, durante todo o período de realização da prova, para uso pessoal, bem como no local de provas, assim entendido como todas as dependências físicas.
- φ Se houver dúvida em relação à fisionomia/identidade do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, sem tocar sua parte frontal, e sua imediata recolocação após a identificação. Deverá ser prosseguida a higienização das mãos com álcool em gel próprio ou fornecido pelo aplicador.
- φ Mesmo com máscaras, recomendamos ao tossir ou espirrar, usar a parte interna do braço, na área superior das mangas da roupa. Não use as mãos.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova.
- φ Este **Caderno de Questões** contém **40 (quarenta) questões objetivas** da Prova do seu Cargo. Verifique se este caderno corresponde com a sua opção de inscrição.
- φ A prova terá duração de **3 horas**.  
O tempo mínimo de permanência na sala é de **1 (uma) hora**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Os dois últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Processo Seletivo.
- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG, Caneta, Lápis e Borracha.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

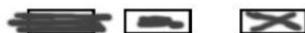
### PROVA OBJETIVA

- φ Procure responder as questões na ordem em que elas aparecem no **Caderno de Questões**.  
Responda a todas as questões.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas da Prova Objetiva. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.  
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na Folha de Respostas da Prova Objetiva somente uma letra (alternativa) para cada questão.
- φ Preencha na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Na Folha de Respostas da Prova Objetiva, assinale apenas uma alternativa para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta.
- φ Para a realização da prova, não será admitido o uso de qualquer outra folha de papel além das entregues - para rascunho ou como parte ou resposta definitiva.
- φ Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva. Não rasure, amasse ou dobre o documento.
- φ Ao final da prova, o candidato deverá entregar, ao Fiscal da Sala, a Folha de Respostas da Prova Objetiva assinada e preenchida.
- φ Os candidatos poderão levar consigo a Tira de Rascunho e a Prova após o tempo mínimo de permanência na sala.

**BOA PROVA !**

REALIZAÇÃO  
**IPEFAE**

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões de 01 a 03.

*A velha e necessária discussão sobre voto facultativo X voto obrigatório*

Nessa semana, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral e também ministro da Suprema Corte Federal, Luís Roberto Barroso, deu uma entrevista para o jornal Folha de São Paulo afirmando, dentre outras coisas, que o Brasil estava em um momento de transição entre o voto facultativo, que seria o modelo ideal, e o voto obrigatório, ou ainda nas palavras dele: “Acho que o voto hoje no Brasil é praticamente facultativo porque as consequências de não votar são pequenas. Por isso, um comparecimento de mais de 70% durante a pandemia merece ser celebrado. Acho que a gente começa a fazer uma transição. O modelo ideal é o voto facultativo e em algum lugar do futuro não muito distante ele deve ser”. Nesse contexto, o post de hoje do Observatório discute os argumentos que permeiam o debate acerca do voto facultativo e do voto obrigatório, bem como essa discussão se relaciona com a democracia e a desigualdade política. (...) Há argumentos normativos e argumentos empíricos para ambos os lados. Primeiramente, sob o ângulo de quem defende o voto facultativo, o principal argumento é o normativo: se o voto é um direito, eu não posso ser obrigado a votar. Um direito que eu sou obrigado a exercer, deixa de ser um direito. Quanto ao argumento empírico, apesar de tender bastante ao elitismo, defende que se o voto fosse facultativo apenas as pessoas mais “conscientes”, “engajadas”, “preparadas”, ou o termo que se preferir, votariam, o que faria o voto perderia em quantidade, mas ganharia em qualidade.

(Texto publicado em 11 de dezembro de 2020, disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1451>)

#### 01

De acordo com o texto, pode-se afirmar que o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, defende a tese do voto facultativo pois:

- (A) O ato de anular o voto, votar em branco ou ausentar-se representa um número irrelevante de consequências.
- (B) A liberdade de escolha entre votar e não votar constitui uma norma que deve, portanto, ser obedecida por todos.
- (C) São necessárias consequências mais severas que encaminhem a população à conscientização sobre o papel democrático de cada indivíduo.
- (D) O engajamento da população, em conjunto com sua consciência, é o suficiente para garantir um processo eleitoral seguro.

#### 02

Pode-se afirmar que o trecho destacado no texto refere-se à:

- (A) Abstinência da participação das pessoas na eleição.

- (B) Presença obrigatória de eleitores no último período eleitoral.
- (C) Participação efetiva dos cidadãos na eleição, mesmo com as dificuldades da pandemia.
- (D) Obrigatoriedade da participação nas eleições, que não deve jamais ser influenciada por fatores externos.

#### 03

Pode-se depreender dois argumentos acerca da legalização do voto facultativo, segundo o texto:

- I- Se o voto é um direito, ele não deve ser visto como uma obrigação.
- II- A qualidade dos votos, quando facultativo e por cidadãos engajados, será superior e vantajosa à cidadania.

Com base nessas duas ideias, podemos afirmar que:

- (A) A afirmação número II é uma consequência da afirmação I, tendo em vista que o direito ao voto assegura a qualidade do mesmo.
- (B) A afirmação número II reitera a afirmação I, demonstrando uma perspectiva diferente sobre o voto facultativo, mas também positiva para a democracia.
- (C) A afirmação número I é uma condição para que ocorra a afirmação número II, tendo em vista que a qualidade do voto só ocorre quando este é um direito e não um dever.
- (D) A afirmação número II nega a afirmação número I, na medida que é um argumento empírico e não normativo, como afirmado no texto.

Texto para as questões de 04 a 07.

*A gestão pública municipal e a relação com a população*

A relação com a população é provavelmente o aspecto mais desafiador de qualquer setor da gestão pública municipal. Não somente em entregar o que ela precisa, mas literalmente em manter uma relação positiva e próximas a ela.

O eleitor tem mudado cada vez mais. A sociedade, felizmente, busca estar ainda mais integrada na gestão pública, participando mais ativamente dos processos de decisão, querendo conhecer mais sobre os funcionários públicos que trabalham para ele. Os sistemas de transparência contribuem muito ativamente para isso, visto que o público cada vez mais possui mais informação.

Por isso, o primeiro desafio é trabalhar na relação e na comunicação com o público. Isso parte da primeiramente de aspectos bem óbvios, como o atendimento. Este, precisa ser **rápido, eficiente e satisfatório**. Uma das principais reclamações da população e uma das maiores fontes de sua frustração, é quando eles sentem que não são ouvidos.

(Texto publicado em 27 de janeiro de 2022, disponível em: <https://cr2.co/desafios-da-gestao-publica-municipal/#:~:text=Gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20municipal%20%C3%A9%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%A0pios%20brasileiros.>)



**04**

A construção do texto fundamenta-se, principalmente, na ideia de que:

- (A) Deve haver um diálogo claro e eficiente entre a gestão e a população
- (B) O diálogo deve surgir da iniciativa privada e ir até a gestão pública
- (C) O diálogo eficiente encontra barreiras na forma como a população se expressa
- (D) O diálogo eficiente deve partir da transparência pública

**05**

Os termos destacados no texto descrevem como deve ser o atendimento da população pela gestão pública. Se essa mudança deve ocorrer, isso pode significar que, muitas vezes o atendimento ao público é:

- (A) Lento, efetivo e insatisfatório
- (B) Ágil, ineficaz e insatisfatório
- (C) Lento, ineficaz e agradável
- (D) Lento, ineficaz e insatisfatório

**06**

Ao afirmar que o “o eleitor tem mudado cada vez mais”, o autor utiliza-se de dois verbos para indicar:

- (A) Uma ação perfeitamente acabada.
- (B) Uma ação contínua.
- (C) Uma ação em fase de conclusão.
- (D) Uma ação passada.

**07**

Ao observarmos o emprego da vírgula no último período do texto, pode-se afirmar que, segundo a Gramática Normativa,:

- (A) Está correto, pois inicia um período composto por subordinação.
- (B) Está correto, pois antecede um verbo de ligação.
- (C) Está incorreto, pois separa a expressão da qual se fala de seu predicado.
- (D) Está incorreto, pois separa um verbo transitivo direto de seu complemento.

Texto para as questões de 08 a 10.

***O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países***

No Brasil, as despesas com funcionários públicos, ativos e inativos, são elevadas para o padrão internacional e, se não houver mudanças, continuarão a crescer. Uma das consequências dessa destinação significativa e crescente de recursos para despesas com salários e aposentadorias dos servidores é a redução do espaço para despesas discricionárias e realização de investimentos públicos.

Por essa razão, a revisão das regras gerais do funcionalismo público brasileiro, contida na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), é tão relevante. Para a melhor compreensão do tema, é oportuno avaliarmos a situação brasileira em comparação com a de outros países, o que é feito a seguir nesta Nota Econômica.

- O Brasil não tem um número muito elevado de servidores públicos em proporção da população ou do total de trabalhadores;
- **Contudo**, as despesas totais com esses trabalhadores (ativos e inativos) são elevadas e representam percentual do PIB próximo, ou até superior, ao de países ricos e reconhecidos pelo tamanho grande do Estado;
- A principal explicação para esse fato é o elevado patamar dos salários dos servidores no Brasil, sobretudo no nível federal;
- A diferença salarial entre o setor público e privado, em favor dos servidores públicos, é maior no Brasil que nos demais países analisados; e
- A revisão das regras gerais do funcionalismo público brasileiro, contida na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), joga luz sobre a questão do gasto com os trabalhadores do setor público.

Texto publicado em outubro de 2020, disponível em:  
<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2020/10/nota-economica-15-o-peso-do-funcionalismo-publico-no-brasil-em-comparacao-com-outros-paises/>

**08**

O texto, de caráter informativo, apresenta-se configurado dessa forma para que:

- (A) O leitor possa observar os argumentos disponibilizados em tópicos, de modo a elaborar sua própria tese acerca do assunto
- (B) O leitor possa aperceber-se da opinião do autor, explicitados por base em sua experiência de vida e destacada nos tópicos
- (C) Relacionar os tópicos com a tese do autor, compreendendo-os enquanto consequências da opinião do autor
- (D) Compreender que os tópicos configuram-se como argumentos que sustentam a tese do autor

**09**

A expressão **contudo** presente no segundo tópico estabelece, sintaticamente, uma relação:

- (A) De causa para com o tópico seguinte, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **sendo assim**.
- (B) De oposição para com o tópico anterior, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **apesar disso**.
- (C) De oposição para com o tópico anterior, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **com isso**.
- (D) De causa para com o tópico seguinte, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **apesar disso**.

**10**

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- (A) O termo **funcionalismo** apresenta caráter conotativo, ao traduzir a ideia de “emprego de funcionários públicos”



- (B) O termo **comparação** apresenta caráter conotativo, ao traduzir uma comparação metafórica com outros países
- (C) O termo **peso** apresenta caráter conotativo, ao traduzir a ideia de “dificuldade, problema”
- (D) O termo **peso** apresenta caráter denotativo, ao traduzir a ideia de “dificuldade, problema”

**MATEMÁTICA**

¿ ?

**11**

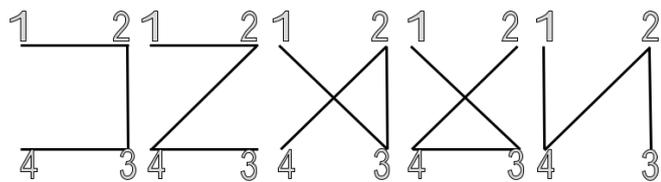
A tautologia é um conceito do raciocínio lógico-matemático, compondo as chamadas proposições compostas, onde independentemente do valor lógico assumido pelas sentenças, obtemos como resposta sempre o valor verdadeiro.

Dentre as frases abaixo qual a única que indica uma tautologia:

- (A) Marcos não vai ao cinema e Pedro não joga futebol.
- (B) Se Marcos vai ao cinema, então Pedro joga futebol.
- (C) Se Marcos vai ao cinema e Pedro joga futebol, então Pedro joga futebol se e somente se Marcos vai ao cinema.
- (D) Marcos vai ao cinema se e somente se Pedro joga futebol.

**12**

Identificando a regularidade da sequência figural abaixo, podemos concluir que o próximo elemento da sequência é:



- (A)
- (B)
- (C)
- (D)

ÁREA PARA RASCUNHO



**13**

Observando a sequência numérica abaixo, podemos identificar um padrão de formação. Identificando esse padrão podemos afirmar que o próximo número da sequência é dado por:

**1011010; 0110101; 1101010; 1010101; .....**

- (A) 1010110.
- (B) 0101011.
- (C) 0101101.
- (D) 1011010.

**14**

Vera fez quatro atividades na última semana: lavou roupa, tocou guitarra, assistiu um filme e leu um livro. Cada atividade foi feita uma única vez na semana em dias diferentes que foram: segunda-feira, terça-feira, sexta-feira ou sábado. Em cada dia ela utilizou um adorno diferente na cabeça: boné, chapéu, tiara ou laço. Usando as pistas abaixo podemos afirmar que o dia da semana e o adorno de cabeça que ela utilizou quando assistiu um filme foram respectivamente:

**Pistas:**

- I- Vera lavou roupa no sábado, mas não utilizou boné nesse dia.
  - II- Vera tocou guitarra depois de ter assistido um filme. Nesse dia ela utilizou um chapéu.
  - III- Vera usou um laço quando leu um livro, que não foi na segunda-feira.
  - IV- Vera não utilizou laço na sexta-feira
- (A) Segunda-feira e boné.
  - (B) Terça-feira e laço.
  - (C) Sexta-feira e chapéu.
  - (D) Sábado e tiara.

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO



## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

?

15

Todo dia, inúmeras informações são geradas e compartilhadas via *internet*, entretanto, tal dinamismo também permite que conteúdos sejam removidos ou se percam em meio ao enorme fluxo de dados disponíveis. Os navegadores oferecem opções para salvamento da página, a fim de possibilitar ao usuário criar uma cópia de uma publicação *web* e conseguir acessá-la até mesmo *offline*. Para tanto, o formato *pdf* é amplamente utilizado, devido a sua fidelidade de diagramação e popularidade. No *Windows 10*, como salvar uma publicação da *internet* em *pdf*, através do próprio navegador?

- (A) Clicar no ícone de *downloads* e selecionar a opção *Baixar arquivo pdf*.
- (B) Abrir o menu de impressão e entre as opções de impressora, selecionar a opção de salvar ou imprimir no formato *pdf*.
- (C) Selecionar todo o conteúdo, no menu *Editar* selecionar a opção *Copiar*. Em seguida colar o conteúdo no *Microsoft Word* e salvar como *pdf*.
- (D) Com o botão auxiliar do mouse, selecionar a opção para salvar *pdf*.

16

A marca d'água é um recurso editorial amplamente utilizado no setor público, sobretudo para compartilhar documentos oficiais e garantir que não sejam utilizados de forma indevida, sinalizando, por exemplo, os *status* de rascunho, confidencial, ou particular. Como inserir texto no formato de marca d'água no *Microsoft Word 2016*?

- (A) No menu *Inserir*, selecionar a opção *Texto* e, em seguida, o item *Marca D'água*.
- (B) Na aba *Exibir*, selecionar a opção *Componentes de Texto* e, em seguida, marcar o *checkbox* *Marca D'água*.
- (C) Na aba *Design*, selecionar a opção *Marca D'água*.
- (D) No menu *Referências*, selecionar a opção *Smart Art* e, em seguida, o item *Marca D'água*.

17

As soluções para troca de mensagens instantâneas são cada vez mais adotadas na realização do trabalho cotidiano, no entanto, o tradicional envio de comunicações por *e-mail* ainda é indispensável em alguns casos. Qual campo é de fundamental importância no preenchimento para identificação do *e-mail*?

- (A) *Tag*
- (B) *ID*
- (C) Assunto
- (D) Envio

18

Para preservar a segurança das informações no ambiente de trabalho, uma prática comum das equipes responsáveis é criar credenciais de acesso pessoais, compostas por nome ou *login* e senha. Da parte dos usuários, é imprescindível que as chaves de acesso ao sistema não sejam compartilhadas e que a conta

individual permaneça conectada apenas enquanto o usuário está à frente do computador. Qual opção o *Windows 10* oferece ao usuário para vetar temporariamente o acesso à sua sessão e somente destravá-la com as credenciais válidas?

- (A) Bloquear
- (B) Proteger
- (C) Desligar
- (D) Executar

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19

Dentre as despesas de capital abaixo listadas, qual não se classifica como Inversão Financeira?

- (A) aquisição de imóveis já em utilização;
- (B) aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- (C) aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;
- (D) constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

20

Devido a inflação, a dotação para aquisição de material de consumo tornou-se insuficiente para a operação do Legislativo. O Presidente da Câmara Municipal, percebendo que havia autorização na Lei Orçamentária Anual, publicou um decreto abrindo créditos suplementares para reforço da dotação orçamentária. Este ato foi:

- (A) ilegal, pois a abertura de créditos suplementares, uma vez autorizada pela Lei Orçamentária Anual, deve ser aberta por ato da mesa.
- (B) ilegal, pois deveriam ser abertos créditos especiais para incremento da dotação orçamentária.
- (C) ilegal, pois deveria ser feito um projeto de lei para aprovação em plenário dando publicidade a necessidade do Legislativo.
- (D) ilegal, pois a abertura de créditos suplementares, uma vez autorizada pela Lei Orçamentária Anual, deve ser aberta por decreto executivo.

21

Após ser nomeado como controle interno, João, servidor efetivo do Legislativo, recebeu como primeiro trabalho montar um Plano Anual de Controle Interno que orientaria as auditorias a serem realizadas. Procurando informar-se melhor sobre o processo de auditoria, ele recorreu a ISSAI 100, pois ela traz os Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, fornecendo informações detalhadas sobre: o propósito e a aplicabilidade das ISSAI, o contexto da auditoria no setor público, os elementos de auditoria do setor público e os princípios aplicáveis à auditoria do setor público. Nela



**ele descobriu que um dos princípios relacionados ao processo de auditoria é o Planejamento onde deverá:**

- (A) estabelecer os termos da auditoria, obter entendimento, realizar avaliação de risco ou análise do problema, identificar riscos de fraude e desenvolver um plano de auditoria.
- (B) identificar riscos de fraude, desenvolver um plano de auditoria e avaliar as evidências de auditoria para extrair conclusões.
- (C) estabelecer os termos de auditoria, identificar problemas e desenvolver plano de ação.
- (D) estabelecer riscos de fraudes, mapear documentações para conclusões em relatórios e monitorar as questões relevantes.

**22**

**Em 01 de abril de 2021, entrou em vigor a lei nº 14.133/21 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Qual das alternativas abaixo representa corretamente uma modalidade de licitação prevista na lei:**

- (A) pregão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;
- (B) concurso: utilizado para contratação de servidores públicos e obras de arte para acervos, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;
- (C) diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;
- (D) leilão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

**23**

**Nas atribuições do controle interno, listadas na lei de criação do controle interno de uma Câmara Municipal constava o seguinte texto: Orientar e expedir atos normativos para os Órgãos Setoriais. O controlador interno resolve expedir um decreto, normatizando os documentos mínimos necessários aos processos internos dos departamentos, facilitando a identificação dos objetos de sua auditoria. Este decreto é:**

- (A) legal, pois está previsto na lei do controle interno que ele pode expedir atos normativos.
- (B) ilegal, pois esqueceu de submeter a aprovação dos vereadores que são os agentes competentes para aprovar leis.
- (C) ilegal, pois inexistente motivo para impor a matéria de fato, não sendo verificada a materialidade em resultado obtido anteriormente em auditoria.

- (D) ilegal, pois a competência para organização e funcionamento do trabalho na Câmara é do Presidente da Câmara.

**24**

**Em uma pequena cidade, em vigência desde 1.964, existe o regulamento nº XXX referente ao tráfego de veículos animais pelas ruas da cidade. A Prefeitura verifica no Código de Trânsito que é do seu setor de trânsito a competência de registrar e licenciar os veículos de tração animal, dentre outras providências não previstas no regulamento em vigor. Assim, a Prefeitura cria um regulamento e extingue o anterior em um dos seus artigos. O regulamento então foi extinto por:**

- (A) Convalidação
- (B) Cassação
- (C) Revogação
- (D) Caducidade ou decaimento

**25**

**Durante uma auditoria, o Controle Interno identificou algumas irregularidades administrativas na Secretaria, identificando a autoria e as contradições ao regulamento interno. Sugeriu ao Presidente a abertura de sindicância para apurar irregularidades na área. Esta sugestão foi feita, pois a não realização de uma sindicância é um tipo de limite ao exercício do poder:**

- (A) disciplinar
- (B) hierárquico
- (C) regulamentar
- (D) de polícia

**26**

**Na lei 14.133/21 a pessoa designada pela autoridade competente para conduzir a licitação, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação é o:**

- (A) Controle Interno
- (B) Agente de Contratação
- (C) Diretor Administrativo
- (D) Gerente de Licitações

**27**

**Na lei 14.133/21, em seu artigo 50, determina que nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovações em especial. Qual a alternativa abaixo que representa dois destes itens?**

- (A) registro de ponto e comprovação composição da CIPA.
- (B) comprovante de depósito do FGTS e comprovante de entrega de DIRF.
- (C) registro do funcionário no E-Social e recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras,



repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário.

- (D) registro de ponto e recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

**28**

**A Constituição Federal em seu artigo 31 define que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Para cidades do interior do estado de São Paulo o controle externo da Câmara Municipal é exercido com o auxílio dos Tribunais de Conta do Estado de São Paulo, que realiza auditorias anuais e emite parecer prévio sobre as contas dos prefeitos. Estes pareceres poderão deixar de prevalecer:**

- (A) por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal  
 (B) por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal  
 (C) for considerado inaplicável no município pelo Controle Interno Municipal  
 (D) não for publicados pelo Tribunal com antecedência mínima de quinze dias da apreciação da Câmara Municipal.

**29**

**Cláusulas exorbitantes, de acordo com a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, são “aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado”, em um contrato da Câmara Municipal com uma empresa de fornecimento de serviços de mão-de-obra de limpeza, foram inseridas algumas cláusulas, listadas abaixo, qual cláusula abaixo é considerada exorbitante?**

- (A) Cabe a administração fiscalizar a execução deste contrato.  
 (B) Empregar somente material de primeira qualidade de acordo com as normas e condições pertinentes e estabelecidas no Edital, e declarações expressas na proposta.  
 (C) Manter "Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho" de acordo com a legislação pertinente.  
 (D) Executar regularmente os serviços que se fizerem necessários para o perfeito desempenho do objeto desta contratação e em quantidade suficiente.

**30**

**Acerca da espécie tributária TAXA é correto afirmar que:**

- (A) As Taxas têm por fato gerador a atuação específica do contribuinte em determinadas operações.  
 (B) As Taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos.  
 (C) O poder de polícia, que autoriza a cobrança de taxas, está atrelado à atuação do policiamento civil e militar, justificando a cobrança da taxa de segurança pública pelos municípios.

- (D) A Taxa de Iluminação pública é sempre devida em razão do serviço de iluminação pública custeado pelos municípios.

**31**

**Assinale a afirmativa correta.**

- (A) O lançamento do crédito tributário reporta-se à data da ocorrência do fato gerador, aplicando-se a lei vigente à época deste fato gerador, ainda que posteriormente revogada ou modificada.  
 (B) A competência tributária é delegável entre os entes políticos da federação, sempre que houver convênio entre os entes.  
 (C) O princípio da legalidade tributária permite que, por meio de um decreto municipal, haja fixação de novas formas de extinção do crédito tributário.  
 (D) A dação em pagamento por meio de bens móveis é uma das modalidades de extinção do crédito tributário, desde que haja lei específica prevendo e autorizando.

**32**

**Em matéria tributária a lei se aplicará a ato ou fato pretérito:**

- (A) Em sendo ato não definitivamente julgado, quando a nova lei deixe de definir o ato como infração.  
 (B) Em qualquer caso em que haja redução de tributo, aplicando-se a lei nova ao fato anterior sempre em benefício do contribuinte.  
 (C) Em razão do princípio da irretroatividade, constitucionalmente previsto, a lei tributária não retroage a fatos pretéritos em nenhuma hipótese.  
 (D) em qualquer caso, exceto quando seja expressamente interpretativa.

**33**

**Vizinho ao Município de Espírito Santo do Pinhal – SP, há o Município de Albertina – MG. Durante os meses anteriores, houve constantes chuvas torrenciais na região, o que provocou enchentes, quedas de encostas, deslizamentos etc levando o Município de Albertina-MG a decretar estado de calamidade pública. O dito município se mobilizou nos dias seguintes a retirar os destroços, a lama acumulada, liberar avenidas e estradas, bem como ajudar a população afetada. Ocorre que, nesses dias de empreitada, vários caminhões e tratores do Município de Espírito Santo do Pinhal – SP foram vistos trabalhando na cidade de Albertina-MG.**

**Segundo prevê a lei orgânica de Espírito Santo do Pinhal-SP, é possível afirmar corretamente que:**

- (A) este Município errou, pois é proibido, sem exceção, permitir o uso de máquinas, equipamentos ou veículo a outros municípios, salvo se feito um consorcio interestadual, entre São Paulo e Minas Gerais, haja vista que estão envolvidos municípios de estados diferentes.  
 (B) se o combustível e as horas de trabalho dos servidores de Espírito Santo do Pinhal-SP, forem custeados pelo município de Albertina-MG, não há óbice algum para aquele fazer o empréstimo de máquinas, equipamentos, veículos e até mão de obra.



- (C) se o combustível for custeado pelo município de Albertina-MG e os seus próprios servidores manusearem o ferramental, a lei orgânica de Espírito Santo do Pinhal-SP não proíbe o empréstimo de máquinas, equipamentos e veículos, mas essa possibilidade só ocorre exclusivamente quando se tratar de municípios limítrofes, como no caso entre os envolvidos.
- (D) como regra, é vetado ao município de Espírito Santo do Pinhal-SP fazer o empréstimo de equipamentos, veículos ou máquinas, salvo, dentre outras hipóteses, como no caso, em que outro município decretou estado de calamidade pública.

**34**

**João do Coração, médico na cidade Espírito Santo do Pinhal-SP, foi eleito vereador. Cardiologista de longa data e ilibada reputação no município, se aventurou na vida política e, já na primeira eleição, sagrou-se vencedor, como o terceiro vereador mais votado. Dois meses após tomar posse, foi convidado pelo prefeito a assumir a secretaria de saúde do mesmo município. Nesse caso, segundo prevê a lei orgânica do município de Espírito Santo do Pinhal-SP, João do Coração:**

- (A) deverá recusar o convite, pois não pode assumir o cargo de secretário ante o fato de estar empossado como vereador, o que o impede de exercer qualquer outra atividade, tanto no ramo público como privado.
- (B) pode aceitar o convite, exercendo, simultaneamente, a vereança e o cargo comissionado, já que não há incompatibilidade entre ambos, recebendo ambas as remunerações, inclusive.
- (C) pode aceitar o convite, mas deverá se licenciar do cargo de vereador, podendo optar pela remuneração de vereador ou de secretário.
- (D) pode aceitar o convite, mas deverá renunciar ao cargo de vereador, ficando com a remuneração exclusivamente de secretário.

**35**

**Com base no regimento interno da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal-SP, é correto afirmar que:**

- I. **A Câmara tem funções legislativas, exerce atribuições de fiscalização interna e externa, financeira e orçamentária de controle e de assessoramento dos atos do Executivo e do Judiciário e pratica atos de administração interna e externa.**
- II. **A função legislativa consiste em deliberar, por meio de emendas à Lei Orgânica, leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do município.**
- III. **A função de fiscalização, sobre os aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial do município e das entidades da administração indireta, é exercida pelo Tribunal de Contas do Município.**

**Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:**

- (A) I.

- (B) II.  
(C) III.  
(D) I e II.

**36**

**Na última eleição, Zezinho do Cachorro Quente foi o vereador eleito com maior votação no município, seguido por Maria Clândida, a segunda mais votada. No dia da posse, e após a conclusão desta, com base no regimento interno da Câmara dos Vereadores de Espírito Santo do Pinhal-SP, é correto afirmar que:**

- (A) ante a maior votação obtida, Zezinho já será nomeado o presidente da mesa diretora para o respectivo biênio, sendo permitida uma recondução para os próximos dois anos.
- (B) ante a maior votação obtida, Zezinho já será nomeado o presidente da mesa diretora para o respectivo biênio, sendo vetada a recondução ao cargo.
- (C) Zezinho, como vereador mais votado, não poderá participar da concorrência para compor a mesa diretora da câmara.
- (D) Zezinho presidirá a eleição para a escolha da mesa diretora, que será composta pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

**37**

**Joseph Barnabé é um engenheiro concursado do Município “B”. Aventurou-se na vida política neste município onde foi eleito vereador, depois prefeito e, atualmente, é secretário de obras. Mediante exigência de dinheiro a uma grande empresa chamada “WXYZ-Ltda”, Joseph destinou equipamentos da prefeitura para fazer a construção da fundação de um novo galpão, destinado a uma das filiais daquela empresa, recém-inaugurada no município “B”. Para não deixar rastro da vantagem exigida, Joseph exigiu que o valor fosse depositado na conta de uma de suas enteadas.**

**No caso em tela, com base na lei de improbidade administrativa nº 8.429/92, é correto afirmar que:**

- (A) Joseph não praticou ato de improbidade pois o dinheiro por ele exigido não se destinou a ele próprio, mas sim a terceiros, no caso, sua enteada.
- (B) Joseph praticou ato de improbidade e, dentre as penas possíveis, está a perda dos seus direitos políticos.
- (C) A ação para a aplicação das sanções de que trata a lei de improbidade administrativa será proposta pelo Ministério Público.
- (D) Levando-se em conta que a empresa tem sua sede no bairro da Moóca, no Município de São Paulo, a competência territorial para apreciação da ação de improbidade administrativa é do Judiciário da cidade de São Paulo.

**38**

**João foi viajar com sua família para visitar parentes em outro estado. A viagem foi realizada de carro e já durava quase dezesseis horas, quando então foram parados por policiais rodoviários federais em uma blitz. João e a família foram obrigados a sair do veículo e ficar em pé, no acostamento, debaixo do sol forte. Foram feitas**



buscas por drogas, armas e contrabandos no veículo e nas bagagens. Estas foram abertas e os pertences espalhados pelo acostamento. As roupas contidas nas malas foram espalhadas pelo chão, ficando sujas e vários objetos de uso pessoal se danificaram ante o atrito com o asfalto. Os policiais rodoviários pisaram nos pertences e caçaram das roupas íntimas de Maria, Gabriela e Silmara, respectivamente, esposa e filhas menores de João.

Depois de quase duas horas de buscas, nada foi encontrado, e todos eles, humilhados e envergonhados com o procedimento, refizeram as malas como puderam e retomaram a viagem.

Com base no fato acima e com amparo na Lei nº 9.784/99 (Lei do processo administrativo em âmbito federal), é correto afirmar que:

- (A) o processo administrativo pode ser iniciado a pedido dos interessados, mas não pode ser iniciado de ofício pela própria administração federal.
- (B) se o requerimento inicial do processo administrativo não estiver bem elaborado, é permitida à Administração, sem motivação, recusar seu recebimento, não obstante, o servidor responsável, possa, mediante sua discricionariedade, orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas no requerimento inicial.
- (C) se na composição o órgão julgador estiver atuando um dos policiais acusados no processo administrativo, o processo ficará suspenso, até que o dito policial deixe a composição do órgão julgador, quando então o processo administrativo retomará seu curso.
- (D) salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, sendo que, como regra, o recurso não tem efeito suspensivo.

**39**

Com relação a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709/18, analise as frases abaixo e responda.

- I. será aplicável a pessoa jurídica de direito público que detém dados referentes a pessoa natural.
- II. a disciplina de proteção aos dados pessoais tem como fundamentos a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- III. a LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- IV. Para os fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II e IV.

**40**

Com relação as regras constitucionais pertinentes aos servidores públicos, analise as frases abaixo e responda.

- I. João é professor concursado. Tomou posse no cargo há exatos dois anos. Logo, João já é detentor de estabilidade, mas ainda não é detentor de vitaliciedade.
- II. João é professor concursado. Tomou posse há exatos dois anos. Se candidatou a vereador no mesmo município onde é professor e sagrou-se vencedor. É possível exercer ambas as funções, se houver compatibilidade de horários, percebendo o pagamento por ambas as atividades.
- III. João é professor concursado. Tomou posse há exatos cinco anos. Para perder o cargo, é preciso sentença judicial transitada em julgado.
- IV. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Das assertivas, estão corretas aquelas que constam apenas em:

- (A) II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III.

ÁREA PARA RASCUNHO

